

Secretaria de Estado de
Finanças



Governo do Estado de
RONDÔNIA

BOLETIM COTES

2º Trimestre

2023

PALÁCIO
MADEIRA

RON
Govern

SUMÁRIO

04.

Introdução

05.

Receitas Arrecadadas

08.

Repasses Constitucionais e Legais

10.

Rendimentos das Contas do Tesouro

12.

Pagamentos e Repasses

18.

Receita Corrente Líquida

20.

Execução Orçamentária

24.

Serviço da Dívida Contratual

27.

Evolução da Dívida Contratual

28.

Dados Gerais da Dívida Contratual

29.

Estoque da Dívida Contratual

SUMÁRIO

30.

Deficit Atuarial

31.

Estoque de Precatórios

34.

Disponibilidade p/ Pagamento de Precatórios

35.

Pagamento de Precatórios

37.

Contribuição ao PIS/PASEP

38.

CAPAG

39.

Espaço Fiscal

40.

Regularidade Fiscal

41.

Empresas em Liquidação

42.

Glossário

INTRODUÇÃO

Prezados Leitores,

Apresentamos o Boletim da Coordenação do Tesouro Estadual (COTES) referente ao segundo trimestre de 2023, material que visa informar de forma clara e objetiva sobre o desempenho dos produtos e projetos sob nossa responsabilidade durante o período em questão.

Neste boletim, você encontrará uma análise objetiva das iniciativas desenvolvidas, proporcionando um panorama atualizado das operações realizadas, os desafios superados e as perspectivas futuras.

Além disso, destacaremos as principais conquistas do trimestre, evidenciando o impacto positivo de nossas ações e estratégias no Tesouro Estadual.

Esta publicação reflete nosso compromisso com a transparência, buscando mantê-los sempre bem informados sobre as atividades da COTES.

Boa leitura!

Atenciosamente,

Coordenadoria do Tesouro Estadual

RECEITAS ARRECADADAS

São as receitas referentes às transferências constitucionais e legais, além daquelas provenientes de outros fundos, arrecadadas pelo Tesouro Estadual, apropriadas por meio de Guia de Recebimento (GR).

Tabela 1 - Principais receitas arrecadadas pelo Tesouro Estadual (em milhares)

ORIGEM	ABR/23	MAI/23	JUN/23	ACUMULADO
FPE	396.609,93	435.079,07	410.544,70	1.242.233,70
IPI-EXP	1.958,30	1.761,01	2.195,94	5.915,25
IOF OURO (ISO)	89,74	97,39	61,49	248,62
FEP	2.307,10	2.275,41	2.387,35	6.969,87
Rec. Minerais	367,68	360,21	0,00	727,89
Rec. Hídricos	0,00	8.839,19	0,00	8.839,19
Cessão de Direitos	0,00	4.104,97	2.161,44	6.266,41
Lei 176	2.645,05	2.645,05	2.645,05	7.935,15
IRRF	64.074,82	48.079,76	70.393,25	182.547,83
	468.052,63	503.242,06	490.389,22	1.461.683,91

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

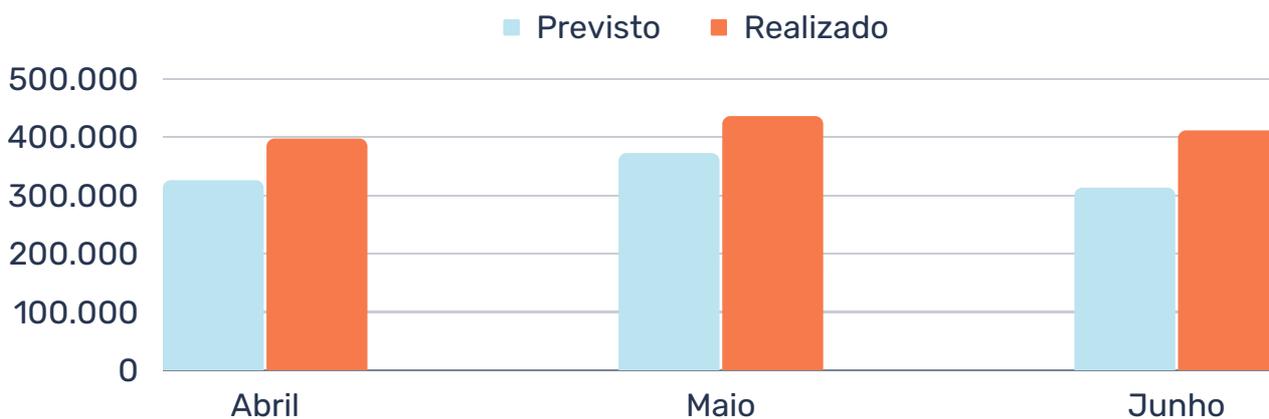
RECEITAS ARRECADADAS

01

Fundo de Participação dos Estados (FPE)

O total previsto das cotas de FPE, de abril até o mês de junho é de R\$ 1.009.953,16 enquanto a receita realizada foi de R\$ 1.242.233.698,59, superando a previsão em 23,00%.

Gráfico 1 - Receita FPE (em milhares)



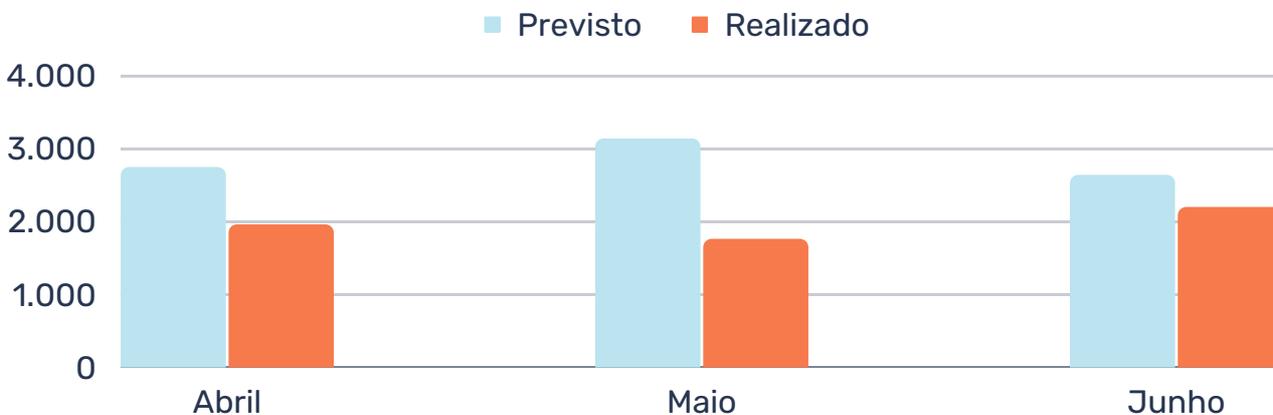
Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

02

IPI Estados Exportadores (IPI-EXP)

Verifica-se uma arrecadação acumulada, de abril a junho, no montante de R\$ 5.915.248,07, o que representa uma arrecadação 30,51% menor do que o esperado para o mesmo período, que era de R\$ 8.512.754,00.

Gráfico 2 - Receita IPI-EXP (em milhares)



Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

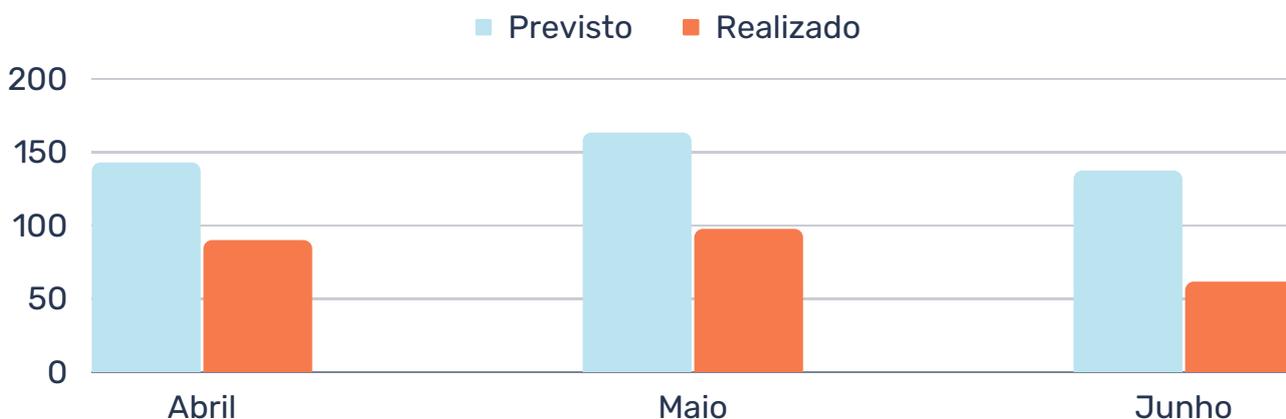
RECEITAS ARRECADADAS

03

IOF-Ouro

A arrecadação prevista a título de IOF-Ouro, com base no Decreto nº 27.855/2023, era de R\$ 442.191,53, de abril a junho do ano corrente, enquanto o arrecadado foi de R\$ 248.619,41. O valor é 43,78% mais baixo do o projetado.

Gráfico 3 - Receita IOF-Ouro (em milhares)



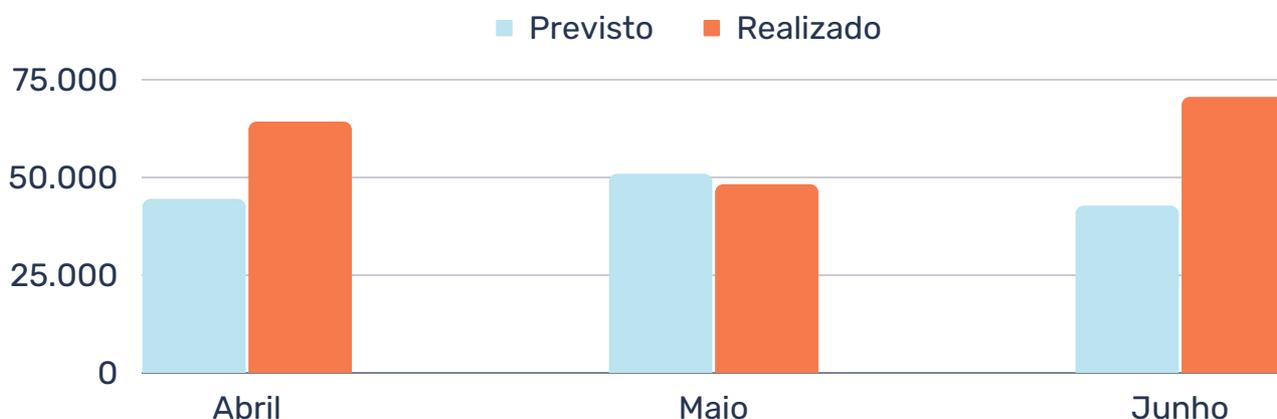
Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

04

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Registramos uma arrecadação acumulada de abril a junho no valor de R\$ 182.547.834,64, o que corresponde a um aumento de 32,47% em relação à previsão inicial para o mesmo período, que era de R\$ 137.802.071,85.

Gráfico 4 - Receita Imposto de Renda Retido na Fonte (em milhares)



Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

01

Repasses aos Municípios

Enfatiza-se que os valores repassados são baseados na arrecadação contábil, uma vez que existem diferenças com o financeiro decorrentes da não simultaneidade entre o financeiro e o contábil que é intrínseca a forma de operacionalização das transferências no SIGEF.

Tabela 2 - Transferências Constitucionais aos Municípios (em milhares)

ORIGEM	RECEITA	TRANSFERIDO	%
ICMS	1.652.930,06	345.918,39	25
IPVA	189.747,30	95.421,08	50
IPI-EXP	5.915,25	1.478,81	25

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

02

Repasses ao FUNDEB, à Educação e à Saúde

Em relação ao FUNDEB, enfatiza-se que os valores repassados são baseados na arrecadação contábil, uma vez que existem diferenças com o financeiro decorrentes da não simultaneidade entre o financeiro e o contábil que é intrínseca a forma de operacionalização das transferências no SIGEF.

Tabela 3 - Repasses (em milhares)

REPASSE	BASE DE CÁLCULO	VALOR	% REPASSADO
FUNDEB	2.595.213,39	517.517,10	20%
EDUCAÇÃO	2.778.010,34	677.311,86	24%
SAÚDE	2.777.761,72	338.152,82	12%

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

RENDIMENTOS CONTAS DO TESOURO

Somatório das principais contas: Reserva do Tesouro, Fundo de Apoio à Exportação, Depósitos Judiciais, IRRF TJ RPV, FPE, Conta Única.

Cálculo



Esse cálculo foi feito por Fundo de Investimento, demonstrando-se a rentabilidade de cada um de forma separada, bem como a rentabilidade média geral, considerando a ponderação da rentabilidade de cada fundo com o saldo de aplicação no último dia do mês.

Lei Kandir



Saiba ainda que a conta da Lei Kandir/Lei 176 não foi considerada no cálculo da rentabilidade referente ao ano de 2023, em virtude da sua fonte atual ser 1.711.0.00001. Como ponto de comparação, convém mencionar que, no ano de 2022, o rendimento total dessa conta foi de R\$ 4.456.387,85.

Fundos



É importante destacar que o “Fundo BB RF CP Absoluto” foi substituído pelo “BB RF Solidez Absol” em outubro de 2021. Além disso, o “Fundo BB RF CP Automático”, iniciado em 18 de fevereiro de 2022, substituiu o “Fundo S. Público Automático”.

Até março de 2023, os rendimentos das aplicações dessas contas totalizaram R\$ 34.041.896,47, enquanto no mesmo período de 2022 o rendimento foi de R\$ 35.966.827,74.

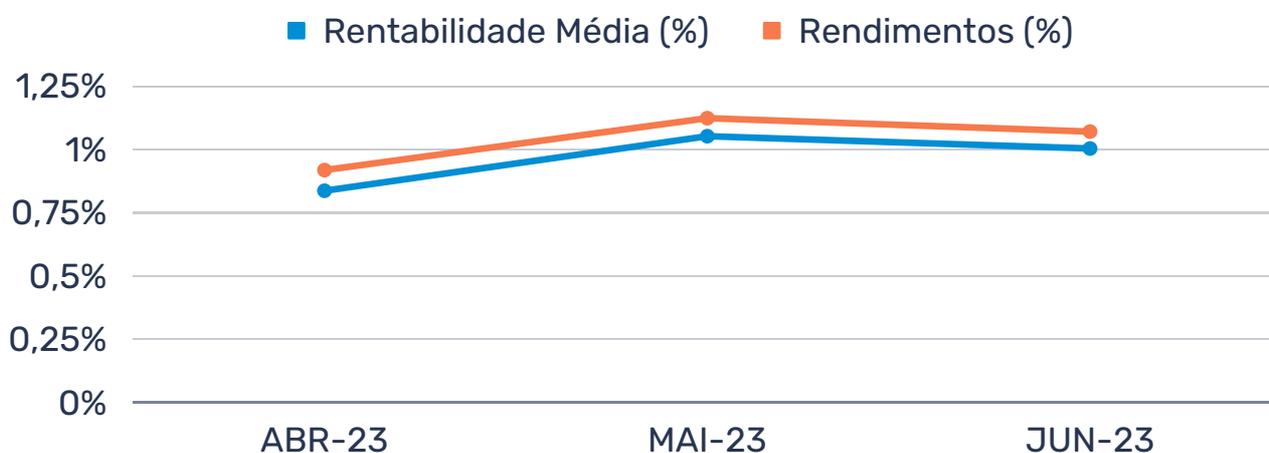
RENDIMENTOS CONTAS DO TESOURO

Tabela 4 - Rendimentos das Contas do Tesouro por Fundo de Investimento - Fonte 500 (em milhares)

MÊS	RENDIMENTOS (R\$)	RENTABILIDADE MÉDIA (% A.M.)	TOTAL APLICADO (R\$)	CDI252
ABR/23	9.915,71	0,8365%	917.576,89	0,9181%
MAIO/23	11.058,39	1,0520%	1.056.113,44	1,1233%
JUN/23	12.035,15	1,0034%	1.177.372,15	1,0720%
TOTAIS	33.009,25	2,9198%	-	3.1457%

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

Gráfico 5 - Representação gráfica do desempenho das aplicações das contas do tesouro - FONTE 500 E 501 (em milhares)



Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

RENDIMENTOS CONTAS DO TESOURO

Quando comparamos os ganhos de cada investimento com a taxa CDI, índice utilizado como benchmarking, percebemos um aumento real de desempenho de 23% em relação a 2021 e de 0,81% em relação a 2022.

Esse resultado positivo se deve às mudanças na forma como a Gerência passou a lidar com os investimentos das contas do Tesouro, a partir de meados de 2021.

Tabela 5 - Desempenho dos rendimentos comparado à taxa CDI - Fonte 500 (em milhares)

ANO	RENDIMENTO	RENTABILIDADE (%)	CDI252	DESEMPENHO (% CDI252)
2021	49.783.746,26	3,3307	4,4236	75,2950
2022	128.251.337,26	11,4124	12,3910	92,1020
2023	34.041.896,47	3,0163	3,2477	92,8754

Fonte: Gerência de Contas Bancárias do Tesouro (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Informações consolidadas referentes a todos os pagamentos executados e repasses efetuados pela Gerência de Operações e Programação Financeira.

Tabela 6 - Informações consolidadas por produto e competência (em milhares)

PRODUTO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL/PROD.
Duodécimo	186.268,05	194.451,03	164.827,74	545.546,83
Precatórios	26.512,75	26.637,71	26.640,75	79.791,21
Energisa	5.465,58	5.523,80	5.612,12	16.601,50
Fopag	97.102,50	97.368,71	102.332	296.803,21
Ação Judicial 6030	2.558,91	2.517,51	2.556,26	7.632,68
Ação Judicial 5042	119,28	124,85	150,69	394,82
Penhoras	-	-	-	-
Consignações	17.962,86	18.235,13	18.215,92	54.413,91
FGTS	27,84	23,82	25,76	77,42
Previdências	144,38	172,81	150,56	467,75
RPSM	6.042,91	6.014,10	6.015,08	18.072,08
INSS	3.944,85	3.385,94	3.882,17	11.212,97
IPERON	14.512,41	14.742,98	14.560,47	43.015,62
TOTAL/COMPETÊNCIA=>	360.662,32	369.198,39	344.969,53	1.074.830,24

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Informações consolidadas referentes ao primeiro e segundo trimestre de todos os pagamentos executados e repasses efetuados pela Gerência de Operações e Programação Financeira.

Tabela 7 - Informações consolidadas primeiro e segundo trimestre (em milhares)

PRODUTO	TOTAL/PROD. 1º TRI	TOTAL/PROD. 2º TRI	ACUMULADO
Duodécimo	561.006,73	545.546,83	1.106.553,56
Precatórios	78.972,16	79.791,21	158.763,37
Energisa	12.598,23	16.601,50	29.199,73
Fopag	282.219,43	296.803,21	579.022,64
Ação Judicial 6030	7.597,32	7.632,68	15.230
Ação Judicial 5042	524,15	394,82	918,97
Penhoras	22,83	-	22,83
Consignações	53.378,92	54.413,91	107.792,83
FGTS	71,94	77,42	149,36
Previdências	311,06	467,75	778,81
RPSM	17.355,38	18.072,08	35.427,46
INSS	7.922,20	11.212,97	19.135,17
IPERON	43.015,62	43.015,62	86.031,24
TOTAL/COMPETÊNCIA =>	1.064.995,98	1.074.830,24	21.39826,22

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Execução do pagamento da folha de pagamentos da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, exceto SESAU e SEDUC, e seus respectivos encargos e consignações, no segundo trimestre de 2023.

Tabela 8 - Folha de Pagamento e Bloqueios Judiciais Incidentes (em milhares)

MÊS	FOPAG (VALOR BRUTO)	IR RETIDO	VALOR LÍQUIDO	CONSIGNAÇÕES	FGTS	PENSÃO ALIM. / AJ 6030	PENHORAS
ABR/23	97.102,50	17.557,76	79.544,74	17.962,86	27,84	2.558,91	-
MAI/23	97.368,71	16.932,30	80.436,41	18.235,13	23,82	2.517,51	-
JUN/23	102.332,00	17.512,40	84.819,60	18.215,92	25,76	2.556,26	-
TOTAL	296.803,21	52.002,46	244.800,75	54.413,91	77,42	7.632,68	0,00

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Execução do pagamento da folha de pagamentos da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, exceto SESAU e SEDUC, e seus respectivos encargos e consignações, no primeiro e segundo trimestre de 2023.

Tabela 9 - Folha de Pagamento e Bloqueios Judiciais Incidentes 1º e 2º tri (em milhares)

MÊS	FOPAG (VALOR BRUTO)	IR RETIDO	VALOR LÍQUIDO	CONSIGNAÇÕES	FGTS	PENSÃO ALIM. / AJ 6030	PENHORAS
1º TRI	282.219,4	47.496,38	234.723,05	53.378,92	71,94	7.597,32	22,83
2º TRI	296.803,21	52.002,46	244.800,75	54.413,91	77,42	7.632,68	0,00
ACUMULADO	593.606,42	104.004,92	489.601,50	108.827,82	154,84	15.265,36	0,00

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Tabela 10 - Repasse da Folha de Pagamento e Bloqueios Judiciais Incidentes no segundo trimestre.

COMP.	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO	FGTS E CONSIGNAÇÕES	BLOQUEIOS JUDICIAIS
ABRIL	97.102,50	79.544,74	17.990,70	2.678,19
MAIO	97.368,71	80.436,41	18.258,95	2.642,36
JUNHO	102.332,00	84.819,60	18.241,68	2.706,95
TOTAL	296.803,21	244.800,75	54.491,33	8.027,50

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

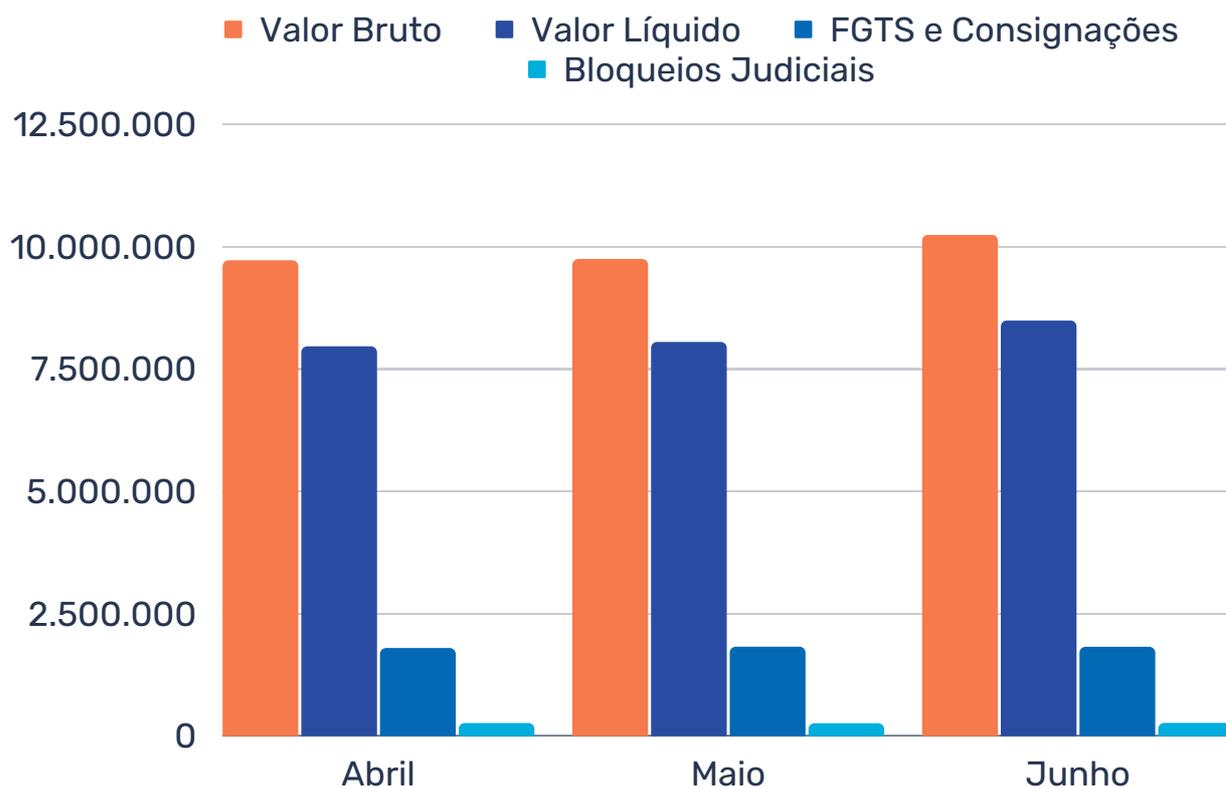
Tabela 11 - Repasse da Folha de Pagamento e Bloqueios Judiciais Incidentes no primeiro e segundo trimestre.

COMP.	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO	FGTS E CONSIGNAÇÕES	BLOQUEIOS JUDICIAIS
1° TRI	282.219,43	234.723,04	53.450,87	8.144,30
2° TRI	296.803,21	244.800,75	54.491,33	8.027,50
ACUMULADO	579.022,64	479.523,79	107.942,20	16.171,80

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

PAGAMENTOS E REPASSES FINANCEIROS

Gráfico 5 - Representação gráfica da Folha de Pagamento e Bloqueios Judiciais Incidentes (em milhares)



Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Acompanhamento mensal da Receita Corrente Líquida (RCL) realizada no segundo trimestre do exercício de 2023.

Tabela 12 - Receita Corrente Líquida Realizada (em milhares)

PROJETADA				
	ESPECIFICAÇÃO	ABRIL	MAIO	JUNHO
1	RECEITAS CORRENTES	1.394.277,92	1.511.721,37	1.542.685,71
2	DEDUÇÕES	-380.341,84	-400.563,82	-432.191,33
3	RCL (3 =1-2)	1.013.936,08	1.111.157,56	1.110.494,38

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

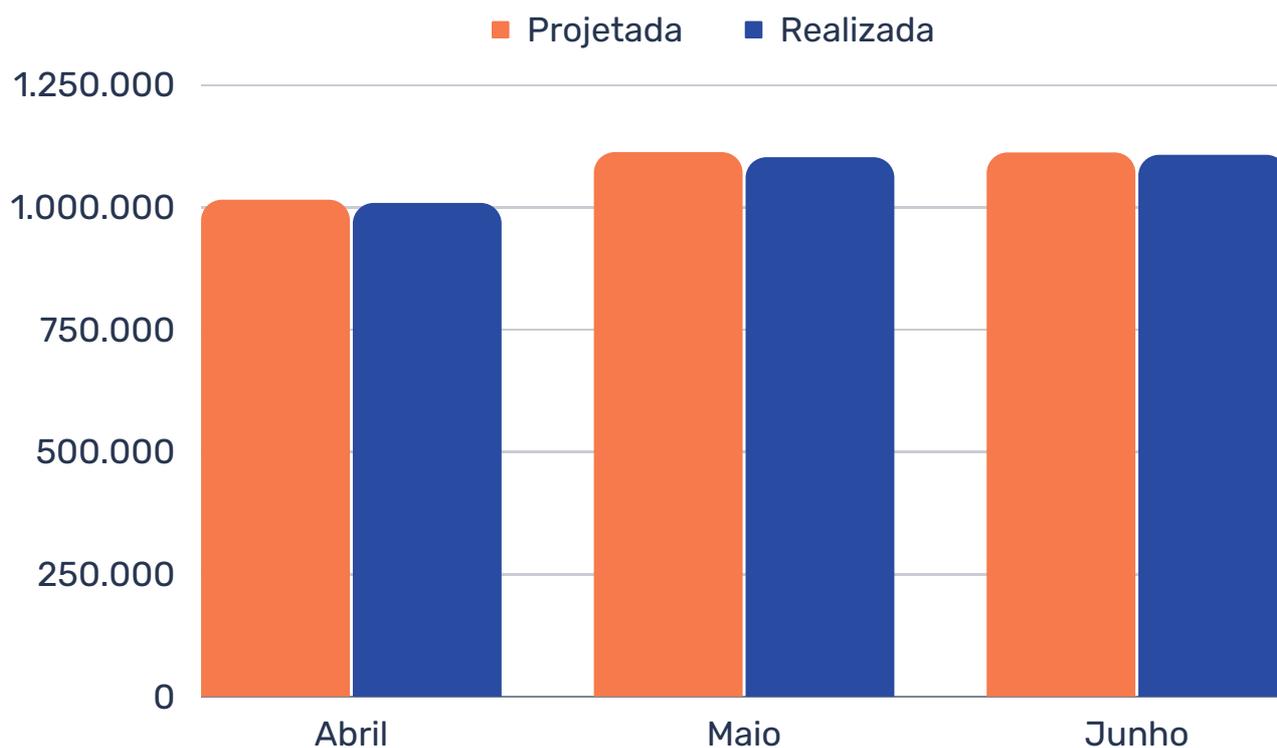
Tabela 13 - Receita Corrente Líquida Projetada (em milhares)

REALIZADA				
	ESPECIFICAÇÃO	ABRIL	MAIO	JUNHO
1	RECEITAS CORRENTES	1.387.732,46	1.501.368,70	1.537.867,77
2	DEDUÇÕES	-380.341,84	-400.563,82	-432.191,33
3	RCL (3 =1-2)	1.007.390,62	1.100.804,88	1.105.676,45

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Gráfico 6 - Representação gráfica do acompanhamento da RCL no segundo trimestre de 2023 .



Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Desempenho da arrecadação até junho de 2023.

Tabela 14 - Execução Orçamentária - Receita. (em milhares)

FONTE	NOME DESTINAÇÃO	RECEITA PREVISTA LOA 2º TRI	% RECEITA TOTAL	RECEITA ARRECADADA 2º TRI	% RECEITA ARRECADADA 2º TRI
15000	Recursos não vinculados de impostos	8.345.908	86,00%	4.376.656	25,30%
15001	Recursos não vinculados de impostos	0	-	461	-
17590-08004	Recursos vinculados a Fundos - detalhamento FUNDAT	449.030	4,50%	271.426	31,30%
15010	Recursos não vinculados	218.495	2,30%	109.264	9,00%
17590-08011	Recursos vinculados a Fundos - detalhamento FGPP	449.030	4,50%	271.426	31,30%
17090	Demais vinculações - Transferências da União - Compensação Financeira Recursos Hídricos	44.778	0,50%	18.411	20,30%
17550	Demais vinculações legais	945	-	4.246	11,70%
17540	Demais vinculações legais	600	-	1.528	304,50%
TOTAL		9.508.786	100,00%	5.053.418	25,10%

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparação da arrecadação com a despesa até junho de 2023.

Tabela 15 - Execução Orçamentária (Despesa)

FONTE		(A) DESPESA FIXADA - LOA	(B) DESPESA EMPENHADA	=ARRECAÇÃO - (B)	(C) DESPESA LIQUIDADADA	=ARRECAÇÃO - (C)
15000	Recursos não vinculados de impostos	8.399.204.427	4.399.133.278	-22.477.123	3.383.627.242	993.028.913
15001	Recursos não vinculados de impostos	6.703.596	1.802.256	-1.341.654	334.080	126.522
17590	Recursos vinculados a Fundos - detalhamento FUNDAT	449.030.145	240.689.957	30.735.580	103.969.184	167.456.353
15010	Recursos não vinculados	218.494.760	37.450.788	71.813.096	24.840.395	84.423.488
17590	Recursos vinculados a Fundos - detalhamento FGPP	449.030.145	240.689.957	30.735.580	103.969.184	167.456.353
17590	Demais vinculações - Transferências da União - Compensação Financeira Recursos Hídricos	44.778.094	15.227.397	3.184.018	2.560.885	15.850.525
17550	Demais vinculações legais	944.550	-	4.246.295	-	4.246.295
17540	Demais vinculações legais	599.961	16.740	1.511.608	16.740,00	1.511.608
TOTAL		9.508.785.678	4.935.010.367	118.407.401	3.619.317.710	1.434.100.057

Fonte: Gerência de Operações e Programação Financeira (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RS-SEFIN

Demonstrativo resumido da execução orçamentária e financeira da RS-SEFIN até o 2º trimestre de 2023.

Tabela 16 - Execução Orçamentária RS-SEFIN (em milhares)

	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
	(A)	(B)	(C)	(D)
2023	1.569.216.606	393.111.207	393.111.207	392.717.805

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Tabela 17- Execução Orçamentária RS-SEFIN por ação

AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESP. PAGA ATÉ MARÇO (B)	COEFICIENTE DE EFICÁCIA (B/A)
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	322.132.277	107.225.154	33,28%
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA APORTES PERIÓDICOS RPPS ESTADUAL	403.178.353	214.474.031	53,20%
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	3.171.685	1.618.624	51%
ASSEGURAR OS RECURSOS PARA PAGAMENTO DO PASEP	144.318.507	58.934.986	40,83%
REALIZAR PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS/ PRECATÓRIOS	696.415.784	10.465.008	1,50%
TOTAL	1.569.216.606	210,093	25,02%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RS-SEFIN

Demonstrativo resumido das alterações orçamentárias na RS-SEFIN até o 2º trimestre de 2023.

Tabela 18 - Alterações Orçamentária RS-SEFIN

MODALIDADE	TIPO	AÇÃO	FONTE	SUPLEMENTA	REDUZ	NORMATIVO
Crédito suplementar	Anulação de Despesa	0018 - Recursos RRPS	1.500.0.00001	-	-50.000.000	Decreto n.º 27.923/2023
Crédito suplementar	Anulação de Despesa	0221 - Sentenças judiciais/ Precatórios	1.500.0.00001	50.000.000	-	Decreto n.º 27.923/2023
Crédito suplementar	Excesso de arrecadação	0130 - Pagamento PASEP	1.711.0.00001	317.406	-	Decreto n.º 28.049/2023
Crédito suplementar	Anulação de Despesa	0130 - Pagamento PASEP	1.750.0.00001	142.000	-	Decreto n.º 28.049/2023
Crédito suplementar	Superavit financeiro	0221 - Sentenças judiciais/ Precatórios	2.501.0.08102	323.854.339	-	Decreto n.º 28.082/2023
Crédito suplementar	Excesso de arrecadação	0012 - Dívida Interna	1.502.0.00001	90.930.000	-	Decreto n.º 28.240/2023

Fonte: Diretoria Técnica Legislativa - RO

SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL

Demonstrativo resumido do serviço da dívida contratual resultado do 2º trimestre de 2023.

O serviço da dívida alcançou o montante de R\$ 55.732.079, enquanto no acumulado totalizou R\$ 108.981.106. Em relação ao compromisso anual, que engloba amortizações, juros e outros encargos da dívida consolidada, ele se manteve consideravelmente abaixo do limite máximo de 11,5%.

Tabela 19 - Demonstrativo resumido (em milhares)

DETALHAMENTO	ABRIL	MAIO	JUNHO	VALOR TOTAL
PRINCIPAL	2.364.816	3.410.055	2.366.002	8.140.873,00
PRINCIPAL – REFINANCIAMENTO	5.177.429	5.251.783	5.288.383	15.717.595,00
JUROS	10.339.790	10.773.967	10.337.321	31.451.078,00
ENCARGOS	139.453	141.631	141.449	422.533,00
VALOR TOTAL	18.021.487	17.733.831	17.744.238	55.732.079,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.007.390.620	1.100.213.353	1.105.676.445	3.213.280.418
LIMITE RS43/2001 (Art. 7, II)	12%	12%	12%	12%
PERCENTUAL DO SERVIÇO	2%	2%	2%	2%
MARGEM DE EXPANÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA	10%	10%	10%	10%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL

Demonstrativo resumido do serviço da dívida contratual resultado do primeiro e segundo trimestre de 2023

Tabela 20 - Demonstrativo resumido do 1º e 2º trimestre (em milhares)

DETALHAMENTO	1º TRI	2º TRI	ACUMULADO
PRINCIPAL	7.076.456	8.140.873,00	15.217.329
PRINCIPAL – REFINANCIAMENTO	15.249.124	15.717.595,00	30.966.720
JUROS	30.507.494	31.451.078,00	61.958.572
ENCARGOS	415.953	422.533,00	838.486
VALOR TOTAL	53.249.027	55.732.079,00	108.981.106
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.923.221.179	3.213.280.418	6.136.501.597
LIMITE RS43/2001 (Art. 7, II)	12%	12%	12%
PERCENTUAL DO SERVIÇO	2%	2%	2%
MARGEM DE EXPANÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA	10%	10%	10%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL

Resultado do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No o valor total do serviço da dívida até o 2º trimestre de 2023, com o mesmo período em 2022, percebe-se uma redução de R\$1.328.682 no total. No entanto, ao observarmos a linha do principal, constata-se uma diminuição de 45,5%, a qual foi em grande parte compensada pelo aumento das outras linhas que compõem a despesa.

Tabela 21 - Comparativo Serviço da Dívida 1º trimestre 2023/2022 (em milhares)

DETALHAMENTO	ACUMULADO ATÉ O 2º TRIMESTRE		VARIÇÃO 2º TRIMESTRE (2023/2022)	
	2022	2023	DIFERENÇA	% NOMINAL
PRINCIPAL	27.963.458	15.217.329	-12.746.130	-45,58%
PRINCIPAL – REFINANCIAMENTO	22.411.428	30.966.720	8.555.292	38,17%
JUROS	59.143.043	61.958.572	2.815.529	4,76%
ENCARGOS	791.859	838.486	46.627	5,89%
VALOR TOTAL	110.309.788	108.981.106	-1.328.682	-1,20%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUAL

Evolução da Dívida Contratual 2023/2022.

O estoque da dívida, em 31/06/2023, registrou-se um aumento de 2,3% em relação a 31/12/2022, totalizando R\$ 65.896.141. Nota-se que, em geral, esse aumento ocorreu no contrato decorrente da Lei 9496/97, sobretudo, pela atualização do custo financeiro da dívida ter seu indicador (CAM) vinculados à SELIC.

Tabela 22 - Evolução da Dívida Contratual 2023/2022 (em milhares)

POSIÇÃO DA DÍVIDA	31/12/2022	31/06/2023	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA (JUN/2023- DEZ/2022)	Δ % 2023/2022
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	240.930.634	229.042.941	-11.887.693	-4,90%
PIDISE/BNDES	4.254.705	1.712.178	-2.542.527	-59,80%
PROINVEST/BB (20/00012-3)	222.433.032	212.727.458	-9.705.574	-4,40%
PAC II - SANEAMENTO-JI-PARANÁ	14.242.896	14.603.305	360.409	2,50%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	20.751.819	18.158.122	-2.593.697	-12,50%
PROFISCO I	20.751.819	18.158.122	-2.593.697	-12,50%
REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.575.418.129	2.655.895.807	80.477.678	3,10%
LEI 9496/97-LIQ. DO BERON	2.575.418.129	2.655.895.807	80.477.678	3,10%
PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	18.900.998	18.900.998	0	0,00%
PASEP/PARCELAMENTO (PERT)	18.900.998	18.900.998	0	0,00%
PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	25.645.503	25.575.977	-69.526	-0,30%
EMATER PREVIDÊNCIA CT103	25.645.503	25.575.977	-69.526	-0,30%
PARCELAMENTOS DO FGTS	605.252	574.633	-30.619	-5,10%
EMATER / INDENIZAÇÕES CLT /PGFN	573.491	564.045	-9.446	-1,60%
EMATER PARC.MULTA/PGFN FGTS	31.761	10.588	-21.173	-66,70%
TOTAIS	2.882.252.335	2.948.148.477	65.896.142	2,30%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

DADOS GERAIS DA DÍVIDA CONTRATUAL

Dados gerais da dívida contratual até o 2º trimestre de 2023.

Tabela 23 - Demonstrativo resumido dos contratos em 2023. (em milhares)

CONTRATO	CREDOR	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	INDEXADOR	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM	MÉDIA DOS PAGAMENTOS
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - EMPRÉSTIMOS INTERNOS						
PIDISE/BNDES	BNDES	SAC	URTJLP	01/10/2012	15/10/2023	445.927
PROINVEST/BB (20/00012-3)	Banco do Brasil	SAC	URTJLP	26/12/2012	15/01/2033	3.112.530
PAC II - SANEAMENTO-JI-PARANÁ**	CEF	PRICE	TR/UPRD	31/10/2012	08/02/2034	179.308
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS						
PROFISCO I***	BID	SAC	Dólar (US\$)	25/05/2012	15/05/2032	1.618.625
REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS						
LEI 9496/97-LIQ. DO BERON	União	PRICE	CAM	01/07/2016	28/02/2048	14.133.093
LEI 8727 - COHAB (RESÍDUO)	CEF	PRICE	UPRD	01/04/2016	30/07/2022	
MÉDIA DOS PAGAMENTOS - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA, EXTERNA E RESTRUTURAÇÃO						19.489.484
EMATER	UNIÃO E CEF	SAC	SELIC	23/05/2017	01/02/2025	22.888
MÉDIA DOS PAGAMENTOS - DÍVIDA CONTRATUAL						19.512.372

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

ESTOQUE DA DÍVIDA CONTRATUAL

Demonstrativo Resumido da Dívida Consolidada.

Até o segundo trimestre de 2023, a Dívida Consolidada acumulou R\$ 5.240.631.643, o que representa 44,32% da receita corrente líquida (RCL) dos últimos 12 meses (R\$ 11.824.665.449).

Tabela 24 - Demonstrativo da Dívida Consolidada. (em milhares)

DETALHAMENTO	DEZ-22	2023	VARIÇÃO	
			DIFERENÇA	% NOMINAL
DÍVIDA CONSOLIDADA	5.149.779.574	5.240.631.643	90.852.069	1,73%
DÍVIDA CONTRATUAL	2.882.252.334	2.948.148.477	65.896.143	2,24%
PRECATÓRIOS	2.267.527.240	2.292.483.166	24.955.927	1,09%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.597.544.637	11.824.665.449	227.120.812	1,92%
% DC/RCL	44,4%	44,32%	-0,08%	44,40%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

DÉFICIT ATUARIAL

Demonstrativo Resumido dos Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial (Poder Executivo).

De acordo com o disposto no art. 2 da Lei n. 5.111/2021 ficou estabelecido que o déficit previdenciário previsto na avaliação atuarial de 2021 será amortizado em até 35 anos, a partir do exercício de 2022, cujas parcelas, calculadas sempre anualmente, poderão ocorrer por aportes mensais ou anuais, provenientes dos Poderes e Órgãos Autônomos, incluídas suas autarquias e fundações, conforme disposto no Anexo Único da Lei.

A respeito do aporte de 2023, o Governo de Rondônia de forma antecipada quitou, em Maio/2023, integralmente a obrigação prevista para o ano, em conformidade com o Anexo Único da Resolução N. 1/2022/2022/IPERON-CSP. Tal procedimento foi possível devido à boa gestão dos recursos públicos pelo Tesouro que proporcionou a antecipação da obrigação sem prejuízo à execução das demais políticas públicas.

Tabela 25 - Demonstrativo dos aportes ao IPERON no 2º trimestre de 2023. (em milhares)

PERÍODO DE REFERÊNCIA	SITUAÇÃO	PAGAMENTO ORÇAMENTÁRIO	PAGAMENTO FINANCEIRO	PAGAMENTO ACUMULADO
JANEIRO	REALIZADO	43.514.863	-	43.514.863
FEVEREIRO	REALIZADO	38.416.816	56.078.509	138.010.188
MARÇO	REALIZADO	38.416.816		176.427.004
ABRIL	REALIZADO	38.416.816	-	214.843.821
MAIO	REALIZADO	55.708.719	251.625.813	522.178.353
TOTAL		214.474.031	307.704.321	522.178.353

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo Resumido do Estoque de Precatórios

O estoque total de precatórios da administração direta (UG 140002-RS SEFIN) apresentou um aumento de 2,15%, enquanto a indireta (Departamento de Estradas e Rodagens – DER e Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON) apresentou uma diminuição de 5,77%, em relação ao final do exercício anterior.

Ademais, o Instituto de Previdência do Estado registrou um passivo de R\$ 1.572.922,60 no final do segundo trimestre, correspondendo inteiramente a precatórios não vencidos.

Tabela 26 - Evolução do estoque de precatórios até o 2º trimestre de 2023.

DETALHAMENTO	DEZ/22	ATÉ O 2º TRIMESTRE	EVOLUÇÃO DO ESTOQUE ATÉ O 2º TRI/2023-DEZ/2022	VARIAÇÃO
ADM. DIRETA E INDIRETA	2.324.705.569	2.373.283.960	48.979.682	2,09%
ADM. DIRETA - TOTAL	2.307.875.928	2.357.424.825	49.548.897	2,15%
PRECATÓRIOS VENCIDOS	2.254.525.655	2.281.853.370	27.327.715	1,21%
VENCIDOS ALIMENTAR	2.094.518.754	2.122.415.684	27.896.929	1,33%
VENCIDOS COMUM	160.006.901	159.437.686	-569.215	-0,36%
PRECATÓRIOS NÃO VENCIDOS	53.350.273	75.571.455	22.221.183	41,65%
NÃO VENCIDOS ALIMENTAR	41.511.392	59.170.762	17.659.370	42,54%
NÃO VENCIDOS COMUM	11.838.881	16.400.694	4.561.813	38,53%
ADM. INDIRETA - TOTAL	16.829.641	15.859.135	-970.506	-5,77%
PRECATÓRIOS VENCIDOS	13.001.584	10.629.796	-2.371.788	-18,24%
VENCIDOS ALIMENTAR	7.765.551	7.031.976	-733.575	-9,45%
VENCIDOS COMUM	5.236.033	3.597.820	-1.638.213	-31,29%
PRECATÓRIOS NÃO VENCIDOS	3.828.056	5.229.338	1.401.282	36,61%
NÃO VENCIDOS ALIMENTAR	2.406.252	3.927.266	1.521.014	63,21%
NÃO VENCIDOS COMUM	1.421.804	1.302.072	-119.732	-8,42%

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo Resumido de variação do Estoque de Precatórios

Tabela 27 - Demonstrativo de Variação do Estoque de Precatórios

	ACUMULADO DO 1º TRIMESTRE	ABR/23	MAI/23	JUN/23
ESTOQUE INICIAL	2.307.875.928	2.490.012.051	2.323.203.871	2.352.761.909
(+) INSCRIÇÕES DE PRECATÓRIOS	11.405.775	36.282	7.067.021	6.525.229
(+/-) REVISÃO	56.261.026	-55.525.459	-289.689	62.818
(+) ATUALIZAÇÃO E JUROS	122.070.358	-109.915.343	24.552.111	-121.139
(-) DESINCORPORAÇÃO PELO CANCELAMENTO	-199.663	-17.397	-1.143.193	-754.833
(-) PAGAMENTOS EFETUADOS	-7.401.374	-1.386.263	-628.212	-1.049.159
ESTOQUE FINAL	2.490.012.051	2.323.203.871	2.352.761.909	2.357.424.825

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Demonstrativo de repasse de precatórios

Tabela 28 - Demonstrativo do repasse ao TJ

MESES	REPASSES ORDEM CRONOLÓGICA	REPASSES ACORDO DIRETO	TOTAL
1º TRI	39.486.082	39.486.082	78.972.165
ABR/23	13.202.508	13.202.508	26.405.016
MAI/23	13.256.376	13.256.376	26.512.752
JUN/23	13.256.376	13.256.376	26.512.752
TOTAL	79.201.342	79.201.342	158.402.683

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS

Resultado do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Comparado ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de R\$ 39.507.710,19 no valor total repassado, o que resultará em uma redução do passivo para os próximos exercícios.

Tabela 29 - Comparativo. (em milhares)

PERÍODO	REPASSES ORDEM CRONOLÓGICA	REPASSES ACORDO DIRETO	TOTAL
ATÉ O 2º TRIMESTRE DE 2022	59.509.966	59.509.966	119.019.932
ATÉ O 2º TRIMESTRE DE 2023	79.263.821	79.263.821	158.527.642
DIFERENÇA	19.753.855	19.753.855	39.507.710

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

DISPONIBILIDADE PARA PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo da variação da disponibilidade de caixa para pagamento de precatórios

Tabela 30 - Variação da disponibilidade de caixa. (em milhares)

MESES	FONTE	REPASSES TOTAL	PAGAMENTO ALIMENTAR	PAGAMENTO COMUM	SALDO DA CONTA DIREITO A RECEBER
JAN/23	501	-	-	-	323.854.339
	500	78.972.165	-5.832.880	-1.568.493	71.570.791
FEV/23	501	-	-	-	323.854.339
	500	26.405.016	-1.386.263		96.589.543
MAR/23	501	-	-628.212	-	323.115.889
	500	26.512.752	-	-	123.102.295
DISPONIBILIDADE DE CAIXA NO 2º TRIMESTRE					471.916.972

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Demonstrativo resumido de pagamento de precatórios no 2º trimestre de 2023

No segundo trimestre, o total pago sofreu retenções na fonte para o Imposto de Renda (R\$174.304,15), IPERON (R\$ 285.568,91) e outras (R\$ 26.093,67). Salienta-se que os pagamentos de acordos diretos normalmente ocorrem no terceiro trimestre, causando um impacto significativo nos pagamentos.

Tabela 31 - Variação da disponibilidade de caixa. (em milhares)

PERÍODO	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA ALIMENTAR	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA COMUM	PGTO. ACORDO DIRETO ALIMENTAR	PGTO. ACORDO DIRETO COMUM	TOTAL
1º TRI	-5.832.880,46	-1.568.493,46	-	-	-7.401.373,92
ABR/23	-1.386.263,23	-	-	-	-1.386.263,23
MAI/23	-628.211,90	-	-	-	-628.211,90
JUN/23	-829.435,28	-219.724,08	-	-	-1.049.159,36

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Resultado do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve uma redução significativa de 73,44% no montante total pago. Essa diminuição nos pagamentos pode ser atribuída ao foco tanto do Estado quanto do TJ/RO em direcionar todos os esforços para os acordos diretos em andamento, conforme estabelecido pelo Edital n.º 5/2022, publicado em novembro de 2022. Esse edital define um prazo para a conclusão dos pagamentos, compreendido entre 8/11/2022 e 31/7/2023.

Tabela 32 - Comparativo de pagamento de precatórios

PERÍODO	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA ALIMENTAR	PGTO. ORDEM CRONOLÓGICA COMUM	PGTO. ACORDO DIRETO ALIMENTAR	PGTO. ACORDO DIRETO COMUM	TOTAL
ATÉ O 2º TRIMESTRE DE 2022	-9.319.862	-30.079.298	-	-	-39.399.160
ATÉ O 2º TRIMESTRE DE 2023	-8.676.791	-1.788.218	-	-	-10.465.008

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP

Apuração da contribuição ao PIS/Pasep do período acumulado até o 2º trimestre de 2023.

Tabela 33 - Demonstrativo das contribuições PASEP/2023 – Regime de Competência

DESCRIÇÃO	1º TRI	ABR/23	MAI/23	JUN/23	TOTAL ACUMULADO
Receita Corrente Arrecada + Transferência Corrente e de Capital Recebida	3.937.407.313	1.429.206.753	1.509.431.008	1.538.894.094	8.414.939.168
Receitas Correntes Arrecadadas	2.125.701.787	837.601.914	882.121.047	955.356.121	4.800.780.869
Transferências Correntes	1.790.119.387	550.130.542	619.247.648	582.511.650	3.542.009.227
Transferências de Capital	21.586.140	40.928.835	7.365.282	453.466	70.333.723
Receita Intraorçamentária da Adm. Direta	0	545.461	697.030	572.858	1.815.349
Receita de Transferência de Capital Administração Direta após deduções de Convênios, Contratos e Repasses ou instrumento congênere XIII	0	0	0	0	0
(-) DEDUÇÕES Constitucionais, Legais, Convênio, Contratos e Repasses e exclusões de Receita Intraorçamentária, corrente e de capital de outras entidades	1.140.044.656	467.466.292	455.046.667	481.885.545	2.544.443.159
(-) Repasses ao FUNDEB	477.832.520	164.816.043	174.947.354	177.753.702	995.349.618
(-) Repasses aos Municípios	407.180.531	161.065.179	170.598.225	180.570.056	919.413.990
(-) Receitas correntes de convênios, contrato de repasse ou instrumento congênere com objeto definido	639.654	122.311	706.740	769.808	2.238.513
(-) Receita intraorçamentária recebida de Órgãos e fundos da Adm. Direta	0	405.052	553.868	365.306	1.324.226
(-) Receita Corrente e Transferência de Capital de outras entidades contribuintes	234.708.236	127.838.867	103.400.412	122.392.696	588.340.211
(-) Deduções decorrentes de transferências de capital de convênios, contrato de repasse ou instrumento congênere com objeto definido	19.683.715	13.218.841	4.840.067	33.977	37.776.600
BASE DE CÁLCULO (BC)	2.797.362.657	961.740.461	1.054.384.341	1.057.008.550	5.870.496.009

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

CAPACIDADE DE PAGAMENTO - CAPAG

Resultado CAPAG em 31/12/2022

Os resultados da Capag do Estado são divulgados pelo Ministério da Economia, sendo que Rondônia mantém a nota A desde 2019.

Tabela 34 - Resultado. (em milhares)

ANO	ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	NOTA
	(%)	(%)	(%)	
2018	65%	90%	50%	B
2019	58%	88%	19%	A
2020	59%	84%	6%	A
2021	49%	83%	14%	A
2022	44%	85%	17%	A

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Nota: Calculado pela GCDP. A STN homologa até 31/10/2023.

ESPAÇO FISCAL

Evolução do espaço fiscal no 2º trimestre de 2023

Em 2022, foi estabelecido o valor de R\$ 1.502.912.881,56 para o exercício de 2023 como espaço fiscal. Enquanto para o exercício de 2022 projeta-se um valor de R\$ 985.791.294,00.

Tabela 35 - Evolução do espaço fiscal

EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA	EXERCÍCIO AVALIADO	ENDIVIDAMENTO	ESPAÇO FISCAL
2019	2017	69,40%	390.089.283
2020	2018	65,45%	416.612.387
2021	2019	57,65%	1.161.456.795
2022	2020	58,64%	1.308.567.077
2023	2021	48,72%	1.502.912.882
2024	2022	44,40%	985.791.294

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

REGULARIDADE FISCAL

Controle das Certidões do Estado de Rondônia no 2º trimestre de 2023

Tabela 36 - Controle de Certidões

QUADRO DE CERTIDÕES			
CERTIDÃO	DATA DE EMISSÃO	PRAZO DE VALIDADE	OBSERVAÇÃO
Certidão de Regularidade Previdenciária	20/03/2023	16/09/2023	Ativa
Certidão de Regularidade do FGTS	15/06/2023	12/07/2023	Ativa
Certidão de Regularidade de Precatórios - TJRO	01/06/2023	30/06/2023	Ativa
Certidão de Regularidade de Precatórios - TRF1	01/06/2023	30/06/2023	Ativa
Certidão de Regularidade de Precatórios - TRT	01/06/2023	30/06/2023	Ativa
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	07/03/2023	03/09/2023	Ativa
Certidão de Regularidade junto ao Tribunal de Contas de Rondônia	09/05/2022	06/09/2023	Ativa

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO

Comparativo de baixas de hipoteca emitidas no 2º trimestre 2022 e 2º trimestre 2023

Tabela 37 - Comparativo de baixas de hipoteca

COMPARATIVO BAIXAS DE HIPOTECA EMITIDAS		
EMPRESA	2º TRIMESTRE 2022	2º TRIMESTRE 2023
CDHUR	2	66
RONDONPOUP	2	3

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Comparativo de escrituras públicas assinadas no 2º trimestre 2022 e 2º trimestre 2023

Tabela 38 - Comparativo de escrituras públicas assinadas

COMPARATIVO DE ESCRITURAS PÚBLICAS ASSINADAS		
EMPRESA	2º TRIMESTRE 2022	2º TRIMESTRE 2023
CDHUR	20	20
RONDONPOUP	3	8

Fonte: Gerência de Controle da Dívida Pública (2023)

Duodécimo: São repasses financeiros mensais do Poder Executivo de Rondônia feitos aos demais Poderes e Órgãos Autônomos até o dia 20 de cada mês. Os critérios são definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (Lei Estadual nº 5.073/2021) e legislação vigente. O cálculo é baseado em coeficientes de repartição e metodologia descritos no artigo 8º, §2º, da mesma lei.

Precatórios: Referem-se a requisições de pagamento do Poder Judiciário ao Estado após condenação judicial definitiva. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 5.073/21) determina que o Poder Executivo destine no mínimo 1,5% da receita corrente líquida.

Fopag - Folha de Pagamento: Registra todos os vencimentos, descontos e benefícios concedidos aos servidores em um determinado período, como salários, contribuições, impostos e o valor líquido.

AJ 6030 - Ação Judicial (código 6030) e Pensão Alimentícia: são despesas parceladas de servidores, motivadas por decisões judiciais, em que o Governo retém dos pagamentos dos responsáveis e repassa os valores em contas judiciais.

AJ 5042 - Ação Judicial (código 5042): corresponde a despesas motivadas por decisões judiciais, em que o Governo retém os pagamentos dos responsáveis e repassa os valores em contas judiciais por meio de guias.

Penhoras: Consiste na apreensão judicial dos bens do devedor, decorre de ação judicial para garantir o pagamento de uma dívida com finalidade de garantir o pagamento de uma dívida.

Consignações: São descontos realizados na folha de pagamento dos servidores e que se referem a pensão alimentícia, ações judiciais, honorários advocatícios, contribuição sindical, entre outros. O Governo de Rondônia faz o pagamento dessas obrigações e, após isso, desconta dos servidores responsáveis pela despesa.

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: foi criado para proteger o trabalhador demitido sem justa causa por meio de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

Previdências: Realização do pagamento de outras previdências quando o Governo estadual requisita servidores de outros órgãos públicos.

GLOSSÁRIO

RPSM - Regime Próprio de Previdência Social dos Militares: sistema previdenciário específico para militares das Forças Armadas e outras instituições militares, que rege as regras de aposentadoria e benefícios desses profissionais, desde a vigência da Lei nº 13.954/2019. e é gerida pela SESDEC (Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania).

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social: É o pagamento de INSS dos servidores que não têm vínculo estatutário com o Governo de Rondônia. Contribuição do empregado é o percentual que cada servidor não estatutário deve desembolsar em relação ao benefício de aposentadoria ou pensão. Contribuição patronal é o percentual que o Governo de Rondônia desembolsa para garantir a seguridade social dos servidores não estatutários.

IPERON - Instituto de Previdência do Estado de Rondônia: É o pagamento de INSS dos servidores que têm vínculo estatutário com o Governo de Rondônia. Contribuição do empregado é o percentual que cada servidor público deve desembolsar em relação ao benefício de aposentadoria ou pensão. Contribuição patronal é o percentual que o Governo de Rondônia desembolsa para garantir a seguridade social de seus servidores.

RS-SEFIN: Recursos sob Supervisão da SEFIN.

Dotação Atualizada: soma da dotação inicial com os créditos adicionais durante o ano.

Empenhado: valor comprometido para o pagamento de uma obrigação assumida.

Liquidado: valor separado para o pagamento de uma obrigação assumida.

Pago Execução: pagamento de uma obrigação assumida.

Ação Orçamentária: instrumento que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Dotação atualizada: soma da dotação inicial com os créditos adicionais durante o ano.

Coefficiente de eficácia: percentual de execução em relação a dotação atualizada.

Crédito Suplementar: Crédito adicional destinado a reforço de dotação orçamentária, sendo autorizado por lei. A Constituição permite que a LOA contenha autorização para a abertura de créditos suplementares, dentro de certos limites. (CF, arts. 165, § 8º, e 167, V; Lei nº 4.320/1964, art. 41, I; LDO; LOA)

Anulação de Despesa: Procedimento no qual se reduz, total ou parcialmente, o montante da dotação disponível de determinado subtítulo constante da LOA, de forma original ou acrescentado por crédito adicional. Os recursos que se tornam disponíveis em razão da anulação da despesa podem ser utilizados para suportar créditos adicionais, verificada a compatibilidade de fontes (Lei nº 4.320/1964, art. 43, § 1º, III).

Receita Corrente Líquida: Indicador financeiro calculado a partir da receita corrente total do ente federado, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal e as contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 (contribuição social patronal, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social) e no art. 239 (PIS/PASEP) da Constituição Federal; b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. (CF, arts. 195, 201 e 239; LRF, art. 2º, IV).

BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BB: Banco do Brasil.

CEF: Caixa Econômica Federal.

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

SAC: Sistema de Amortização Constante, popularmente conhecido como “Tabela SAC”. Forma de amortização de financiamento a longo prazo em que as parcelas são compostas pelo valor da parcela e juros.

PRICE: Conhecido como “Tabela PRICE”. Forma de amortização de financiamento em que as parcelas permanecem iguais ao longo do período de pagamento. A composição das primeiras parcelas é composta por juros e as subsequentes direcionadas à amortização da dívida.

TR/UPRD: Unidade Padrão de Referência

CAM: Coeficiente de Atualização Monetária. Informa o coeficiente de atualização monetária relativo aos contratos de financiamento federal para Estados, o Distrito Federal e os Municípios baseados na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015.

SELIC: Taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação.

Dívida Consolidada: Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses. (LRF, art. 29, I; Lei nº 4320/1964, art. 98)

Dívida Contratual: Compromisso derivado da assinatura de contratos que estabelecem volume, prazos e custos de financiamento e estrutura de pagamento de juros e de amortização.

Adm. Direta: Conjunto de pessoas jurídicas composta por órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa de forma centralizada.

Adm. Indireta: Composta por entidades administrativas, dotadas de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, mas subordinadas à Administração Direta. São criadas ou autorizadas mediante lei específica, para o exercício de finalidade e competências descentralizadas.

Precatório Comum: Precatórios decorrentes de sentença judicial transitada em julgado que possuem natureza diversa da natureza alimentícia. Pode ser referente à repetição de indébitos, indenização por dano moral etc. (CF, art. 100).

Precatório Alimentar: Precatórios decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos (CF, art. 100 § 1º).

Base de Cálculo: Unidade de medida adotada para aplicar a alíquota e calcular a quantia a ser paga.

GLOSSÁRIO

Receita Corrente: Receitas arrecadadas no exercício financeiro que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. São exemplos de receitas correntes: a receita tributária, a receita de contribuições, a receita patrimonial, a receita agropecuária, a receita industrial, a receita de serviços e outras. (Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 1º)

Receita de Capital: Receitas que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. São exemplos as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e as receitas da conversão em espécie de bens e direitos. (Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º)

Transferência Corrente: Receita recebida de outras pessoas de direito público ou privado destinada a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou essa transferência.

Transferência de Capital: Receita proveniente de dotação para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, bem como proveniente de dotações para amortização da dívida pública. (Lei nº 4.320/1964, art. 12, § 6º.).

PASEP: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

CDHUR: Companhia de Desenvolvimento Urbano e Rural de Rondônia S.A "em liquidação"

RONDONPOUP: Rondônia Crédito Imobiliário S.A

ORGANOGRAMA



RESPONSÁVEIS

Este boletim é um esforço conjunto das seguintes áreas:

COORDENAÇÃO DO TESOIRO ESTADUAL

Coordenador: Daniel Piedade de Oliveira Soler

GERÊNCIA DE CONTAS BANCÁRIAS DO TESOIRO

Gerente: André Sales Mendes

GERÊNCIA DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

Gerente: Douglas Henrique Coqueiro Tiegs

GERÊNCIA DE OPERAÇÃO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Gerente: Michael da Costa Lima

INFORMAÇÕES

Telefone: (69) 3211 - 6100

E-mail: cotes@sefin.ro.gov.br

Palácio Rio Madeira, Edifícios Rio Jamari / Rio Pacaás Novos,
av. Farquar, 2986, 6º andar, Pedrinhas / Porto Velho /
Rondônia, 76801-470